

EDUCAÇÃO E LINGUAGEM: a necessidade de elaboração de dicionário enciclopédico escolar brasileiro focando os signos toponímicos

Pedro Antonio Gomes de Melo *

Resumo: *O artigo propõe discutir a elaboração de dicionário enciclopédico escolar brasileiro focando os topônimos, à luz das teorias interdisciplinares da Linguística: a Toponímia e a Metalexigrafia, propondo a inserção dos signos toponímicos nestas obras de referência com a justificativa de que estas unidades lexicais não são registros raros de uso da língua, tanto em sua modalidade oral como escrita, mas pelo contrário, são vocábulos comuns e frequentes, e mais, não são usadas apenas com a função identificadora como elementos de referencialização espacial, mas, sobretudo, como elemento pragmático e discursivo de organização social e espacial.*

Palavras-chaves: *Metalexigrafia; Topônimo; Dicionário enciclopédico escolar.*

Abstract: *The article discusses the development of Brazilian school encyclopedic dictionary focusing on place names in the light of interdisciplinary theories of linguistics: Toponymy and the Metalexigraphy, proposing the insertion of toponymic signs in these reference works on the grounds that these lexical units not are rare records of the use of language, both oral and written mode, but instead are common and frequent words, and more, are not only used with the identifying function as spatial reference elements, but above all as pragmatic element and discourse of social organization and spatial.*

Keywords: *Metalexigraphy; Place names; Encyclopedic school dictionary.*

Considerações iniciais

O ser humano, desde o princípio de sua vivência, procura erguer ou encontrar lugares onde possa fixar-se e dar início a aglomerados sociais (vilas, povoados, cidades), nomeando as localidades onde firmam suas moradias.

* Mestre em Linguística. Professor da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL).

Essa prática de nomear lugares é dinâmica e intensa, evidenciando os efeitos da sociedade sobre o linguístico e a maneira pela qual o mundo nele se representa, sobretudo em seu léxico toponímico¹, refletindo e refratando o modo de ver a realidade exterior e a forma como seus sujeitos sociais organizam o meio que os circunda, em seu trato diário com a língua.

Sendo assim, é possível perceber como os falantes se valem da língua em sua multimodalidade para representar o mundo a sua volta e como o contexto extralinguístico é um relevante fator no processo de aquisição e ensino/aprendizado do léxico.

No âmbito dos topônimos, é importante não confundir o nome do lugar com o local propriamente dito, ou seja, o signo toponímico não é a localidade em si, mas uma representação em termos linguísticos, carregando em sua estrutura sêmica uma convergência de um complexo de fatores na construção de sentidos num determinado contexto comunicativo.

Dessa forma, refletir sobre estas unidades lexicais é retratar a história sociocultural da constituição do léxico toponímico da língua portuguesa no país, na medida em que veiculam em seu conteúdo semântico características ideológicas,

¹ Isquierdo (2012, p.116) define léxico toponímico como o conjunto de “unidades lexicais investidas da função de nome próprio de lugar que podem reunir formas do vocabulário comum, alçadas à categoria de topônimos; nomes próprios de pessoas, de lugares, de crenças, de entidades sobrenaturais que são ressemantizadas com o fim precípua de nomear um lugar.

fatos políticos, culturais e históricos, como também, mostrar os fundamentos do nome próprio em uma civilização.

Com isso, pode-se dizer que estes locativos (re)adquirem diferentes aspectos da realidade de grupos sociais e são receptores e refletores de determinantes físicos e antropoculturais registrados numa memória toponímica de representações semânticas intencionais mediante as particularidades cristalizadas nestes nomes de lugares.

Cumprido esclarecer, ainda, que o nomeador é um sujeito situado sócio-historicamente inserido num tempo e num espaço determinado e as unidades lexicais por ele escolhidas para designar uma localidade remetem à intencionalidade do ser humano em um determinado contexto.

O pecúlio lexical toponímico corresponde a um *corpus* lexical vivo e funcional que se amplia e/ou se atualiza continuamente no léxico ao ser utilizado pelos falantes em todas as situações da fala, não é estático, não funciona simplesmente como uma relação inerte de palavras que identificam lugares, mas se integra às exigências de expressão da área onomástica e do discurso em geral, capaz de se renovar seguindo tendências de ordem biossocial que podem condicionar e/ou influenciar o surgimento, a permanência e/ou a mudança de locativos².

² Empregamos os termos *nome de lugar*, *topônimo*, *signo toponímico* e *locativo* como equivalentes.

Assim sendo, enfatiza-se neste artigo a importância dos dicionários enciclopédicos escolares monolíngues impresso em língua portuguesa e a relevância da familiarização do aluno com o mundo dos dicionários de uso escolar, enquanto veículo de armazenagem e recuperação dos fatos linguísticos e extralinguísticos, além de obra de consulta e de pesquisa para aprendizes no contexto de sala de aula.

Sob esse olhar, o presente artigo propõe discutir a necessidade de elaboração de dicionário enciclopédico escolar brasileiro focando os topônimos, à luz das teorias interdisciplinares da Linguística: a Toponímia e a Metalexigrafia, propondo a inserção dos signos toponímicos nestas obras de referência.

Por fim, destaca-se que pela carência de investigações em Lexicografia Pedagógica no Português do Brasil que viabilizem o reconhecimento de um vocabulário básico adequado ao público escolar, muitas decisões para confecção de dicionários enciclopédicos escolares ainda são tomadas com base na intuição, pois faltam pesquisas para subsidiá-las. Portanto, se faz mister a realização de reflexões sobre o fazer dicionarístico sob diferentes perspectivas, reconhecendo o dicionário como objeto multifacetado, do qual resultam várias formas de examiná-lo

Logo, entende-se que este artigo se justifica à medida que poderá contribuir para a especialidade em questão, uma vez que

não se registra, em abundância, estudos sobre a inserção do léxico toponímico neste gênero de obra de referência como aqui proposto.

1 A Toponímia e a Metalexicografia: um percurso teórico-metodológico

Este artigo se fundamenta a partir de uma interlocução teórica entre a Toponímia e a Metalexicografia Pedagógica, com a finalidade de discutir o léxico toponímico e reivindicar sua inserção em dicionários enciclopédicos escolares brasileiros.

A Onomástica (do grego antigo *ὄνομαστική*, ato de nomear, dar nome) é uma ciência que integra a Linguística, mais particularmente às pesquisas lexicais, caracterizando-se pelo estudo dos nomes próprios em geral e possui duas subáreas de investigação: a Toponímia e a Antroponímia. Segundo Dick (2007, p.144), o estudo onomástico

é muito mais do que um mero fator auxiliar do agir e do viver individual ou coletivo; é indício de rumos tomados pelos falares ao longo dos períodos históricos, de comportamentos presentes no cotidiano e de atitudes morais ou operosas valorizadas pela população.

A Toponímia é uma disciplina dinâmica e de caráter multidisciplinar, revela ser muito mais que uma área de investigação que trata apenas da questão de nomear lugares do ponto de vista linguístico imanente, suas investigações exercem vínculos com a sociedade, com a história, com a cultura de cada lugar, com influências internas e externas que as localidades

sofrem e/ou exercem sobre o sujeito-nomeador e tantos outros aspectos envolvidos na língua.

Sob esse ponto de vista, Melo (2012, p. 66) explica que os estudos toponímicos podem ser compreendidos “como um indicador cultural, uma vez que o modo como a língua retrata a visão de mundo de um povo evidencia a inter-relação que se estabelece entre língua, cultura e sociedade”. Logo, quando se nomeia lugares de forma primitiva e/ou quando se muda estas denominações ao longo do tempo, diferentes fatores podem motivar na escolha e/ou na mudança do topônimo, tanto de ordem físico-ambiental quanto na ordem antropocultural.

Assim, os estudos toponímicos proporcionam a compreensão de traços linguísticos e do homem denominador e, conseqüentemente, permitem a percepção de vestígios das contribuições relativas aos aspectos do meio geofísico e sociocultural em que os topônimos foram gerados e suas transformações ao longo do tempo.

Nesse sentido, eles podem ajudar os aprendizes a conhecer as palavras, estabelecer relações entre as coisas e seus nomes, oferecer significados, informações gramaticais e informações para codificação entre outras. Daí a importância dos dicionários de uso escolar registrarem as inovações vocabulares que vão surgindo na toponímia e se incorporando à língua geral, como reflexo da evolução da sociedade contemporânea.

No dizer de Melo (2014, p.120)

o nome próprio é um fato da língua que não apenas identifica, mas também significa, por meio da investigação da motivação dos signos em função toponímica, é possível recuperar diversos aspectos da realidade de um grupo social.

No campo da Lexicografia, destaca-se que a elaboração de dicionários sempre foi apreciada ao longo dos tempos e se trata de uma área do conhecimento linguístico que se ocupa de questões “relativas aos dicionários, tanto no que diz respeito a seu conteúdo científico (estudo do léxico), quanto à sua elaboração material e técnicas adotadas em sua realização”. (DAPENA, 2004, p.24).

Dessa maneira, ela pode ser compreendida em duas perspectivas:

(i) como técnica de montagem de dicionário, ocupa-se de critérios para seleção de nomenclaturas ou conjunto de entradas, de sistema definitórios, de estrutura de verbetes, de critérios para remissões, para registro de variantes etc; (ii) como teoria, procura estabelecer um conjunto de princípios que permitam descrever o léxico (total ou parcial) de uma língua, desenvolvendo uma metalinguagem para manipular e apresentar as informações pertinentes. (BORBA, 2003, p.15)

A Lexicografia divide-se em dois grupos – o primeiro, a Lexicografia Prática que se refere à produção dos dicionários e, o segundo a Lexicografia Teórica (doravante Metalexigrafia) que tem por finalidade o exame do dicionário já pronto.

Ao abordar questões lexicográficas na confecção de dicionários escolares no Brasil, Gomes (2011, p. 153) assinala que

o século XXI inaugura uma etapa de pesquisa e labor lexicográfico inéditos na tradição brasileira; começa-se a delinear critérios e paradigmas para construção de propostas lexicográficas adequadas ao público e à realidade brasileiros, oferecendo como produto final dicionários, de fato, escolares e não meros recortes de obras mais amplas da língua portuguesa.

É nesse contexto que se encontra a Metalexigrafia pedagógica no território brasileiro. Esse ramo da Lexicografia Teórica ganha cada vez mais espaço no Brasil e tem como finalidade o fazer crítico de obras lexicográficas escolares existentes com o intuito de gerar reflexão linguística e metodológica sobre o próprio objeto de estudo, o dicionário escolar, específico por seu público-alvo, configuração gráfica, discurso lexicográfico e finalidade pedagógica.

Ao tratar sobre o dicionário de uso escolar, Rangel (2011, p.38) esclarece que

um produto cultural como este é objeto de discussões em ao menos quatro esferas distintas: a acadêmica (no âmbito da lexicologia pedagógica, por exemplo), a prática didático-pedagógica, a da produção editorial (e/ou o da prática lexicográfica) e das políticas públicas voltadas para o livro didático e a leitura, em especial as do âmbito educacional.

Este artigo propõe uma interface teórica entre a Toponímia e a Metalexigrafia Pedagógica na esfera acadêmica em defesa da inclusão dos topônimos no repertório dos dicionários enciclopédicos escolares brasileiros.

2 O signo toponímico e o texto lexicográfico didático-pedagógico: a inclusão da toponímia no dicionário enciclopédico escolar

Os signos toponímicos consistem em signos linguísticos na função onomástica designativa de um espaço geográfico e/ou humano, estudá-los é compreendê-los em suas diversas potencialidades, identificando as razões que fazem com que o falante escolha um determinado nome, dentro de um eixo de possibilidades sêmicas para nomear um lugar, desvendando pontos de convergências entre léxico toponímico e mundo exterior.

Funcionalmente, eles representam uma dupla marca linguística, exercendo não apenas um papel sígnico no universo do discurso, mas, também, funcionando como suporte de identificação, sendo símbolos ideológicos ou do imaginário popular que apontam direções, caminhos físicos ou posições situacionais.

Quanto aos processos de formação lexical, eles podem ser caracterizados como elemento específico simples, elemento

específico composto e elemento composto híbrido conforme sua estrutura morfossintática.

O topônimo é formado por dois termos: o primeiro chamado de elemento genérico que é relativo à entidade geográfica que irá receber a denominação identificando-a e singularizando-a dentre outras semelhantes e o segundo termo é o elemento específico, que é o topônimo propriamente dito, é o que particulariza a noção espacial.

Estes locativos fazem parte de um vocabulário histórico, neles se pode reconhecer informações que se inter-relacionam com a Toponímia e o mundo biossocial.

No âmbito da confecção de dicionários, segundo Rangel (2006, p.28),

um dicionário prestará serviços tão mais adequados quanto mais ajustados ao público a que se dirige forem o seu zelo descritivo e a representatividade de sua cobertura. Por isso mesmo, todo e qualquer dicionário segue um plano próprio, orientado para uma situação de uso e um público determinados.

A partir do supracitado, quanto ao projeto lexicográfico do dicionário enciclopédico escolar brasileiro, nesta reflexão defende-se que o enunciado-verbete correspondente ao topônimo da palavra-entrada deva conter sua categorização, detectando os padrões motivadores, sua estrutura morfossintática e processo de formação lexical, e mais o substrato linguístico da rede toponímica cuja origem possa remontar os diferentes étimos, viabilizando assim a reconstituição etimológica do léxico

toponímico do Brasil. Como também alguns dados enciclopédicos sobre aspectos geohistóricos, socioeconômicos e antropolinguísticos da região no qual o signo toponímico está inserido.

Vale apenas ressaltar que a entrada de uma palavra no dicionário corresponde a sua certidão de nascimento para o léxico institucional tido como aceitável, mesmo que este vocábulo ela já exista há muito tempo no uso cotidiano dos falantes. Sendo assim, o dicionário, além de obra de referência e consulta, é também obra de normatização do léxico de uma língua.

Quanto ao seu valor semântico, é interessante salientar, ainda, que os signos toponímicos se contrapõem aos signos linguísticos pela sua motivação, porém” não há uma relação direta entre linguagem e mundo, e sim um trabalho social designando o mundo por um sistema simbólico cuja semântica vai se construindo situadamente.” (MARCUSCHI, 2004, 268) Assim, é por meio da língua que dados são fornecidos para que se possa recuperar simbolicamente a realidade sociocultural e histórico-geográfica de um povo na construção do significado linguístico.

Os signos toponímicos são veículos de cultura, marcam influências, usos e costumes, atitudes, tradições e falares. Eles atuam na construção de sentidos, em seus objetivos pragmáticos

e discursivos, ressaltando a relação simbólica existente e seu contexto extralinguístico na ação de nomear lugares.

Nas palavras de Dick (1996, p. 337), o topônimo “vai deixando de ser apenas um instrumento de marcação ou de identificação de lugar para se transformar em um fundo de memória, de natureza documental tão valiosa e significativa como os textos escritos”. Portanto, percebe-se o valor patrimonial destes locativos. Logo, deveriam estar inclusos no *corpus* lexicográfico dos dicionários enciclopédicos escolares.

Vale apenas destacar que o PNLD/Dicionários 2006, em sintonia com os instrumentos oficiais que regulam o ensino de língua no país, elegeu o português brasileiro e a língua contemporânea como objetos por excelência dos dicionários escolares.

Desde do início do século XXI, os dicionários escolares de língua portuguesa têm sido objeto de intenso interesse no Brasil. Eles consistem em um valioso instrumento de aquisição lexical. Ao tratar sobre o dicionário de uso escolar, Rangel (2011, p.38) adverte que

um produto cultural como este é objeto de discussões em ao menos quatro esferas distintas: a acadêmica (no âmbito da lexicologia pedagógica, por exemplo), a prática didático-pedagógica, a da produção editorial (e/ou o da prática lexicográfica) e das políticas públicas voltadas para o livro didático e a leitura, em especial as do âmbito educacional.

Os dicionários monolíngues de uso escolar envolvem conhecimentos não apenas linguísticos, mas também conhecimentos extralinguísticos na construção de sentidos. No que diz respeito aos topônimos, Dick (1990, p.365) afirma que “identificar acidentes geográficos, significando, é, sem dúvida, a primeira qualidade que se infere do signo toponímico”. Assim, eles podem viabilizar a compreensão de possíveis reações da língua com elementos internos e externos ao sistema linguísticos.

Dentro desta perspectiva, o texto lexicográfico pedagógico adquire sentidos que podem ser atribuídos aos nomes de lugares na produção e/ou recepção textual, assim como desvelar possíveis discursos vinculados a essas materialidades linguísticas e que não são levados a cabo em nossos dicionários escolares monolíngues impressos em língua portuguesa.

Da mesma forma que os dicionários de língua geral, os de uso enciclopédico escolar, também dispõem de dois eixos básicos: macro e microestrutura.

Assim sendo, a não-inclusão dos topônimos nestas obras lexicográficas causa um problema macro e microestrutural, como também quanti-qualitativo nos dicionários que, provavelmente, repercute nos aprendizes e professores em suas práticas, no processo de ensino-aprendizagem de língua portuguesa e na produção e recepção de texto, visto que nessas obras de cunho

pedagógico também não serão identificados os diversos saberes e dizeres que se materializam em signos toponímicos.

Vale apenas assinalar que a seleção macroestrutural da obra escolar deve buscar suprir as necessidades de aprendizagem de seu público alvo, incluindo palavras que façam parte das áreas do conhecimento com as quais ele tem contato nas diversas disciplinas escolares. Nesse sentido, os topônimos, em sua construção de sentido, se vinculam aos contextos tanto linguísticos como socioculturais dialogando com diferentes áreas do conhecimento.

Nessa acepção, Coroa (2011, p.67) adverte para o fato de como integrante de práticas discursivas, o dicionário “constitui-se em produtivo instrumento de fazer linguístico: é mais um dos elementos simbólicos de que cidadãos leitores e produtores de textos dispõem para construir, e reconstruir, redes de significações e constituir sujeitos.” Assim, torna-se de fundamental relevância um trabalho com dicionário escolar que possibilite desvendar de forma crítica que sentidos possíveis podem ser atribuídos a dados verbetes, podendo desvelar as dimensões discursivas que configuram e caracterizam os efeitos de sentidos no fazer dicionarístico pedagógico.

Sob esse olhar, advoga-se a tese de que os topônimos não servem apenas para identificar lugares, ou seja, eles não teriam apenas uma função de referencialização espacial, mas uma

representação intencional, na qual o nomeador, por meio da língua, faz conhecer a partir da atividade linguística uma demarcação expressiva de poder, de posse, de identidade de domínio geográfico de dados grupo(s), portanto são de suma relevância no léxico da língua e, conseqüentemente no contexto do dicionário enciclopédico escolar brasileiro.

Além disso, pensando no quesito de frequência lexical, é sabido que não é desejável que o dicionário escolar apresente registros raros de uso da língua, mas sim focar o que é comum, típico e frequente. Nesse sentido, os topônimos são usados na língua geral, estando presentes na vida diária quando se utiliza a língua em diferentes práticas sociais. Logo, deveriam ser alçados à categoria de palavra-entrada de verbetes nestas obras lexicográficas pedagógicas já que não são registros raros de uso da língua, tanto em sua modalidade oral como escrita, mas pelo contrário, são vocábulos comuns e frequentes.

Visto que estas obras lexicográficas de caráter pedagógico consistem em um produto linguístico, mas também, um produto histórico, cultural, social, temporal, econômico e ideológico. E mais, seu repertório lexicográfico está condicionado ao momento histórico no qual elas são produzidas; à situação cultural em que elas são geradas; ao valor de autoridade que lhe são atribuídas; à vigência das informações nelas contidas; ao custo econômico que

implica em sua elaboração e aquisição; e à representação do mundo que elas oferecem.

Considerações finais

Os aspectos abordados no presente artigo, envolvendo questões sobre o signo toponímico e o texto lexicográfico do dicionário enciclopédico escolar monolíngue impresso em língua portuguesa. Permite-se tecer algumas considerações finais.

Primeiramente, destaca-se que os dicionários enciclopédicos escolares, como materiais didáticos, assumem diversos papéis respondendo a questões linguísticas, sociais, pragmáticas, culturais, ideológicas, didáticas, entre outras, e devem ser vistos sob novas perspectivas.

Quanto ao léxico toponímico, pode-se afirmar que os topônimos recebem influências internas e externas à língua que podem ser únicas ou combinadas. Essas motivações toponímicas podem vir das condições geofísicas, ideológicas, históricas, culturais, sociais, etimológicas, semânticas, entre outras. Com efeito, os nomes de cidades brasileiras trazem informações diretas ou indiretas referentes à história do lugar ou e/ou do grupo social que constitui o local nomeado e seus significados resultam dos diferentes contextos sócio-históricos em que esses signos toponímicos surgem.

Cumprido ressaltar ainda que, nessa reflexão, concorda-se que não é desejável nos dicionários didáticos a presença de registros raros de uso da língua, mas sim unidades lexicais corriqueiras.

Por conseguinte, ainda seguindo o critério de frequência lexical, defende-se a inserção dos topônimos com a justificativa de que estes signos toponímicos não são registros raros de uso da língua, tanto em sua modalidade oral como escrita, pelo contrário, eles estão presentes na vida diária quando se usa a língua em diferentes práticas sociais. Logo, deveriam ser alçados à categoria de palavra-entrada de enunciado-verbetes nestas obras lexicográficas pedagógicas.

E mais, os signos toponímicos não são usados apenas com a função identificadora como elementos de referencialização espacial, mas, sobretudo, como elemento pragmático e discursivo de organização social e espacial. Sendo assim, são veículos de cultura, marcam influências, usos e costumes, atitudes, tradições e falares, atuando na construção de sentidos, ressaltando a relação simbólica de caráter línguocultural na ação de nomear lugares. Logo, eles deveriam ser alçados à categoria de palavra-entrada de verbetes nestas obras lexicográficas pedagógicas.

Sendo assim, é nesse cenário que se deve considerar a proposta de inserção dos topônimos como entradas de verbetes no dicionário enciclopédico brasileiro de uso escolar, visto que o verbete lexicográfico pedagógico deve se constituir de informações semânticas, pragmáticas, discursivas e ideológicas que se integram e se complementam na construção do sentido com todas as suas implicações.

Por fim, destaca-se que trabalhos sobre o uso dos dicionários enciclopédicos escolares como práticas pedagógicas discursivamente situadas e sua consideração como objeto de reflexão têm importância indiscutível na área de Educação e Linguagem. Logo, acredita-se que este artigo se torna relevante à medida que poderá fornecer, enquanto reflexão científica, uma contribuição para a especialidade em questão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORBA, F. da Silva. *Organização de dicionários: uma introdução à lexicografia*. São Paulo : UNESP, 2003.

COROA, Maria Luzia. Para que serve um dicionário? In: CARVALHO, Orlene Lúcia de Saboia; BAGNO, Marcos. (Orgs.). *Dicionários Escolares: políticas, formas e usos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011, p. 61-72.

DAPENA, José-Álvaro Porto. *Manual de técnica lexicográfica*. Ed. Arco/ Libros, S. L, 2004. 367 p.

Revista Trama ISSN 1981 46/4 - Volume 12 – Numero 24 –2016, p.209 -228.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Edições Arquivo do Estado, 1990.

_____. *A dinâmica dos nomes na toponímia da cidade de São Paulo: 1554-1897*. São Paulo: Annablume, 1996.

_____. Atlas toponímico do Mato Grosso do Sul In: Revista *Trama*.v. 3, n. 5, jan./jul, 2007.

GOMES, Patrícia Vieira Nunes. Aquisição lexical e uso do dicionário escolar em sala de aula. In: CARVALHO, Orlene Lúcia de Saboia; BAGNO, Marcos. (Orgs.). *Dicionários Escolares: políticas, formas e usos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011, p. 141-154.

ISQUERDO, Aparecida. Negri. Léxico regional e léxico toponímico: interfaces linguísticas, históricas e culturais. In. *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. v. VI. Campo Grande: Editora da UFMS, 2012, p. 115-139.

MARCHUSCHI. A. O léxico: lista, rede ou cognição social? In.: NEGRI, L.; FOLTRAN, M. J. & OLIVEIRA, R. P. *Sentido e significado - Em torno da obra de Roldofollari*. São Paulo : Contexto, 2004, p. 263-284.

MELO, P. A. G. de. Uma interface línguo-cultural: um estudo onomástico em topônimos da microrregião alagoana do Sertão do São Francisco. In.:*MEMENTO, UNINCOR*, Minas Gerais, V. 3, n. 1, jan.-jul. 2012.

_____. *Onomástica e mudança linguística*: um estudo sobre a dinâmica toponímica da microrregião de Arapiraca. Revista Philologus, Ano 20, N° 59. Rio de Janeiro: CiFEFiL, maio/ago. 2014, p.116-136.

RANGEL, Egon de Oliveira. *Dicionários em sala de aula*. Brasília: MEC, 2006.

_____. Dicionários escolares e políticas públicas em educação: a relevância da proposta lexicográfica. In: CARVALHO, Orlene Lúcia de Saboia; BAGNO, Marcos. (Orgs.). *Dicionários Escolares: políticas, formas e usos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011, p. 61-72.

DICIONÁRIOS

BECHARA, Evanildo. *Dicionário escolar de língua portuguesa*. Academia Brasileira de Letras, São Paulo : Companhia Editora Nacional, 2008.

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Dicionário escolar da língua portuguesa*. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 2006.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Aurélio Júnior: Dicionário escolar da língua portuguesa*. Curitiba : Positivo, 2006.

LUFT, Celso Pedro. *Minidicionário Luft*. São Paulo : Ática, 2006.

SANTOS, Geral Mattos G. dos. *Dicionário Júnior da língua portuguesa*. São Paulo : FTD, 2006.

TRAMA

Curso de Letras, Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras
Campus de Marechal Cândido Rondon

Programa de Pós-Graduação em Letras Sociedade e Linguagem
Campus de Cascavel

SILVEIRA BUENO, Francisco da, *Dicionário global escolar da língua portuguesa*. São Paulo : Global, 2007.